

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

EDITAL EQT N° 1/2024



**ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE
NAS SOCIEDADES SUPERVISIONADAS
PELA SUPERINTENDÊNCIA DE
SEGUROS PRIVADOS (Susep)**

Tarde

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



PROVA: ATUAÇÃO EM AUDITORIA INDEPENDENTE NAS SOCIEDADES SUPERVISIONADAS PELA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (Susep)**QUESTÕES OBJETIVAS****Questão 01**

O proprietário de uma sociedade limitada solicitou do contador uma proposta de prestação de serviços profissionais autônomo. O contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em sua proposta, considerando os elementos contidos na Norma Brasileira de Contabilidade – NBC PG 01 (Código de Ética do Profissional Contador). Dentre as alternativas a seguir, identifique aquela que NÃO é, nos termos da NBC PG 01, um elemento a ser considerado no estabelecimento do valor dos serviços contábeis.

- A) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.
- B) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.
- C) A peculiaridade de tratar-se de cliente eventual, habitual ou permanente.
- D) A relevância, o vulto, a complexidade, os custos e a dificuldade do serviço a executar.
- E) O índice de endividamento geral da empresa e o indicador do índice de liquidez corrente.

Questão 02

À luz da NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, analise as afirmativas a seguir.

- I. Assinar documentos ou peças contábeis elaboradas por outrem alheio à sua orientação, supervisão ou revisão.
- II. Facilitar, por qualquer meio, o exercício da profissão aos não habilitados ou impedidos.
- III. Transferir, parcialmente, a execução dos serviços a seu cargo a outro profissional, mesmo mantendo como sua a responsabilidade técnica.
- IV. Recusar-se a prestar contas de quantias que lhe forem comprovadamente confiadas.

Representam vedações impostas ao contador no desempenho de suas funções as condutas descritas em:

- A) I, II, III e IV.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II e IV, apenas.

Questão 03

Considere a seguinte situação hipotética: determinado contratante dos serviços técnicos contábeis não cumpriu com suas obrigações contratuais com o profissional da contabilidade, então, o contador decidiu reter de forma abusiva os livros, os papéis, os documentos, os arquivos eletrônicos, comprovadamente confiados à sua guarda, com o intuito de forçar o recebimento do valor dos serviços prestados ao contratante. A atitude do contador, de acordo com a NBC PG 01 (Código de Ética do Profissional Contador), constitui uma infração ética. Com base na Norma, podem ser consideradas como atenuantes na aplicação de sanção ética ao Contador, EXCETO:

- A) A gravidade da infração.
- B) A aplicação de salvaguardas.
- C) A ausência de punição ética anterior.
- D) A prestação de serviços relevantes à contabilidade.
- E) A ação desenvolvida em defesa de prerrogativa profissional.

Questão 04

Segundo a terminologia da NBC PA 11 – Revisão Externa de Qualidade pelos Pares, o revisor é o auditor contratado pelo revisado para a realização do trabalho de Revisão dos Pares. NÃO configura uma hipótese de impedimento para a atuação do revisor nos trabalhos de auditoria executados por outro auditor independente:

- A) Quando, na condição de revisor, tiver trabalho de revisão não aprovado pelo CRE.
- B) Quando existir, no relatório de revisão emitido pelo revisor, ressalva de limitação de escopo na execução dos seus trabalhos de revisão.
- C) Quando o último relatório de revisão, no ano em que o revisor foi submetido à revisão, tiver sido emitido do tipo relatório de revisão de sistema de qualidade com deficiências.
- D) Quando o seu registro estiver suspenso ou cancelado pela CVM, pelo CRC, ou quando estiver desautorizado a atuar como auditor por organismos oficiais controladores e reguladores de mercado.
- E) Quando, na condição de revisado, seu último relatório não tiver sido aprovado pelo CRE, exceto no caso em que a responsabilidade pela não aprovação do relatório tenha sido atribuída ao revisor.

Questão 05

A NBC PO 900 – Independência para Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão dispõe sobre a independência para trabalho de asseguração diferente de auditoria e revisão. A independência está vinculada aos princípios da objetividade e integridade. Na realização de trabalho de asseguração, é requerido que as firmas cumpram com os princípios fundamentais e sejam independentes. Considere as hipóteses a seguir a respeito de conceito de independência e princípios da norma brasileira de contabilidade.

- I. O montante dos honorários gerados de clientes do trabalho de asseguração pela firma, sendo essa a que expressa a conclusão do trabalho de asseguração, representa grande proporção significativa do total de honorários (receita). Considere que a firma é nova e tem pouco clientes em sua carteira.
- II. A firma tem um membro da equipe de asseguração que contraiu empréstimo junto à instituição (cliente), segundo procedimentos, prazos e condições normais de financiamento. Para o trabalho desse cliente, a firma afastou o membro da equipe e contratou um revisor apropriado que não faz parte da equipe de asseguração, de firma em rede que não é beneficiário do empréstimo, para revisão do trabalho executado.
- III. O sócio da firma tem interesse financeiro em empreendimento conjunto com o diretor que desempenha funções executivas para esse cliente.

De acordo com a norma NBC PO 900, são hipóteses que podem criar possíveis ameaças de interesse próprio ou de intimidação, comprometendo a independência e os princípios fundamentais, apenas o que se afirma em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.
- E) II e III.

Questão 06

Preconiza a NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão que, quando a firma, ou a firma em rede, assume a responsabilidade da administração pelo cliente de auditoria, são criadas ameaças de autorrevisão, de interesse próprio e de familiaridade. Também pode ser criada uma ameaça de defesa de interesse do cliente, porque a firma, ou a firma em rede, torna-se estreitamente alinhada com as opiniões e os interesses da administração. São exemplos de atividades consideradas de responsabilidade da administração, EXCETO:

- A) Estabelecer políticas e direcionamento estratégico.
- B) Reportar aos responsáveis pela governança em nome da administração.
- C) Decidir quais recomendações da firma, da firma em rede, ou de outros terceiros implementar.
- D) Assumir responsabilidade pela elaboração e apresentação adequada das demonstrações contábeis, de acordo com a estrutura de relatório financeiro aplicável.
- E) Determinar, por meio de discussão com o auditor externo, quais documentos compõem o relatório anual, e a maneira e a data planejadas pela entidade para emissão desses documentos.

Questão 07

A NBC PA 400 – Independência para Trabalho de Auditoria e Revisão orienta quanto aos procedimentos a serem adotados diante de uma situação em que a firma identifica uma violação de disposição de independência para trabalhos de auditoria e revisão. A violação de disposição dessa normativa pode ocorrer apesar de a firma ter sistema de gestão de qualidade elaborado para endereçar os requerimentos de independência. Dependendo da importância da violação, a firma pode considerar algumas ações para tratar a ameaça de forma satisfatória. NÃO representa uma sugestão da referida normativa para o saneamento do problema:

- A) Remover a pessoa relevante da equipe de auditoria.
- B) Levar ao conhecimento do órgão profissional e dos órgãos reguladores a violação ocorrida e as decisões tomadas.
- C) Recomendar que o cliente de auditoria contrate outra firma para revisar ou refazer o trabalho de auditoria afetado na extensão necessária.
- D) Utilizar diferentes pessoas para conduzir uma revisão adicional do trabalho de auditoria afetado ou refazer esse trabalho na extensão necessária.
- E) Se a violação está relacionada com o serviço que não é de asseguração que afeta os registros contábeis ou o valor registrado nas demonstrações contábeis, contratar outra firma para avaliar os resultados do serviço que não é de asseguração ou outra firma refazer o serviço que não é de asseguração na extensão necessária para permitir que outra firma assuma a responsabilidade pelo serviço.

Questão 08

De acordo com a Circular SUSEP 648/2021, alterada pela Circular Susep 678/2022, para cada provisão técnica, as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar, sociedades de capitalização ou resseguradores locais deverão manter nota técnica atuarial, assinada pelo atuário responsável técnico, à disposição da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), com o detalhamento

- A) da opinião do auditor.
- B) da variação dos montantes.
- C) do histórico da contabilização.
- D) dos responsáveis pela execução.
- E) da metodologia de cálculo utilizada.

Questão 09

Em relação à Circular SUSEP 648/21, alterada pela Circular Susep 678/2022, as sociedades seguradoras, as entidades abertas de previdência complementar e os resseguradores locais enquadrados nos segmentos S1, S2 e S3 deverão elaborar o Teste de Adequação de Passivos (TAP), utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em considerações realistas, para avaliar as obrigações

- A) referentes a temas fiscais.
- B) decorrentes dos seus contratos.
- C) relativos às dívidas de curto prazo.
- D) relacionadas a seus financiamentos.
- E) resultantes de empréstimos de longo prazo.

Questão 10

Sobre a Circular SUSEP 648/2021, alterada pela Circular Susep 678/2022, para a supervisionada que incorporar outra supervisionada, as parcelas do capital de risco cujos cálculos dependem de informações de períodos anteriores à combinação de negócios serão calculadas considerando-se:

- A) A média histórica do país.
- B) A média histórica do setor.
- C) Apenas o histórico da supervisionada que foi incorporada.
- D) Apenas o histórico da supervisionada que realizou a incorporação.
- E) A agregação dos históricos individuais de cada uma das supervisionadas que se combinaram.

Questão 11

De acordo com a Circular SUSEP 648/2021, alterada pela Circular Susep 678/2022, algumas informações e quadros deverão ser entregues pelas sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, entidades abertas de previdência complementar, resseguradores locais e admitidos, corretores de resseguro e autorreguladores por meio de protocolo de envio definido pela SUSEP, utilizando sempre a sua última versão e a última versão do manual de orientação de envio de informações periódicas, disponibilizados no sítio eletrônico da SUSEP. Deverão ser enviados até o dia 20 do segundo mês subsequente ao de referência os quadros referentes a:

- A) Fluxos de caixa e resultados obtidos.
- B) Elementos patrimoniais e de resultado.
- C) Mutações do patrimônio líquido e fluxos de caixa.
- D) Resultados obtidos e origens e aplicações de recursos.
- E) Origens e aplicações de recursos e mutações do patrimônio líquido.

Questão 12

De acordo com a Lei nº 7.492/1986, que define os crimes contra o sistema financeiro nacional e dá outras providências, o crime contra o sistema financeiro nacional que, além de multa, pode ter como pena até doze anos de reclusão, é o seguinte:

- A) Gerir fraudulentamente instituição financeira.
- B) Divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira.
- C) Manter ou movimentar recurso ou valor paralelamente à contabilidade exigida pela legislação.
- D) Fraudar a fiscalização ou o investidor, inserindo ou fazendo inserir, em documento comprobatório de investimento em títulos ou valores mobiliários, declaração falsa ou diversa da que dele deveria constar.
- E) Fazer inserir elemento falso ou omitir elemento exigido pela legislação, em demonstrativos contábeis de instituição financeira, seguradora ou instituição integrante do sistema de distribuição de títulos de valores mobiliários.

Questão 13

De acordo com a Lei nº 4.594/1964, que regula a profissão de corretor de seguros, as sociedades de seguros poderão receber proposta de contrato de seguros

- A) de funcionários de recursos humanos de empresas privadas, apenas.
- B) por intermédio de corretor de seguros devidamente habilitado, apenas.
- C) diretamente dos proponentes ou seus legítimos representantes, apenas.
- D) por intermédio de corretor de seguros devidamente habilitado e diretamente dos proponentes ou seus legítimos representantes, apenas.
- E) por intermédio de corretor de seguros devidamente habilitado e de funcionários de recursos humanos de empresas privadas, apenas.

Questão 14

De acordo com o Decreto-Lei nº 261/1967, consideram-se sociedades de capitalização as que tiverem por objetivo fornecer ao público, de acordo com planos aprovados pelo Governo Federal, a constituição de um capital mínimo perfeitamente determinado em cada plano e pago moeda corrente em um prazo máximo indicado no mesmo plano, a pessoa que possuir um título, segundo cláusulas e regras aprovadas e mencionadas no próprio título. O Controle do Estado, em relação a essas sociedades, será exercido pelos órgãos referidos no Decreto-Lei, no interesse dos portadores de títulos de capitalização, e objetivando o que se afirma a seguir, com EXCEÇÃO de:

- A) Preservar a liquidez e a solvência das sociedades de capitalização.
- B) Promover o aperfeiçoamento do sistema de capitalização e das sociedades que nele operam.
- C) Instituir a necessidade de auditoria independente regular das sociedades de capitalização e regulamentá-la.
- D) Promover a expansão do mercado de capitalização e propiciar as condições operacionais necessárias à sua integração no progresso econômico e social do país.
- E) Coordenar a política de capitalização com a política de investimentos do Governo Federal, observados os critérios estabelecidos para as políticas monetária, creditícia e fiscal, bem como as características a que devem obedecer as aplicações de cobertura das reservas técnicas.

Questão 15

A Superintendência de Seguros Privados (Susep), preocupada com a solvência das companhias, por meio da Circular nº 456/2012, impôs condições para a efetivação da operação de transferência, tanto para a cessionária quanto para a cedente. Sobre esse assunto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Uso de estimativas para a constituição de provisões.
- II. Ativos garantidores das provisões técnicas aplicados conforme as diretrizes fixadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).
- III. Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR), considerando-se, também, as carteiras recebidas e respectivos históricos de operações, bem como os ativos a serem utilizados para fazer face às obrigações oriundas dessas carteiras.

À luz do Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador vigente, NÃO representa exigência(s) para o cedente pertinente(s) à efetivação da aludida operação o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) I e III, apenas.

Questão 16

“Constituída para a cobertura dos valores garantidos pela tabela de resgate, com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização, deve ser calculada para cada título que estiver em vigor ou suspenso durante o prazo previsto em nota técnica atuarial.” Observadas as regulamentações específicas vigentes as informações se referem à provisão:

- A) Resgates.
- B) Sorteios a pagar.
- C) Distribuição de bônus.
- D) Complementar de sorteios.
- E) Matemática para capitalização.

Questão 17

A Provisão para Distribuição de Bônus (PDB) deve ser constituída para a cobertura dos valores relativos ao pagamento de bônus previstos em contrato, devendo ser calculada para cada título (cujo plano estabeleça a distribuição de bônus) que estiver em vigor ou suspenso, de acordo com os critérios previstos em nota técnica atuarial, observadas as regulamentações específicas vigentes. Sobre esse assunto, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para falsas.

- () O fato gerador da constituição da provisão é o mesmo fato gerador da contabilização das receitas das operações de capitalização definido pelas normas contábeis.
- () Não ocorrido o evento gerador de distribuição de bônus e for constatada a extinção definitiva da obrigação de pagamento de bônus, os valores correspondentes poderão ser revertidos da provisão.
- () Quando ocorrer o evento gerador da distribuição de bônus, a sociedade de capitalização deverá baixar o valor constituído na PDB – relativo ao título gerador do pagamento de bônus – e constituir o montante referente ao valor do bônus a pagar na Provisão para Resgates (PR), a qual será atualizada conforme previsão contratual.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, F, F.
- C) V, F, V.
- D) F, V, F.
- E) F, F, V.

Questão 18

As regras de contabilização das transferências de carteira são fixadas no Art. 124 da Circular Susep nº 648/2021. Análise os critérios contábeis a seguir.

- I. Os saldos de ativos e passivos, relativos a contratos ou apólices transferidas, devem ser baixados.
- II. Caso esteja obrigada, contratualmente, a proceder à cobrança de parcelas pendentes de pagamentos ou prêmios, deve-se registrar em contas próprias do Ativo e do Passivo Não Circulantes os correspondentes valores a receber e os valores a repassar à cessionária.
- III. O valor dos direitos recebidos que exceda o saldo da provisão técnica necessária para arcar com as obrigações recebidas deverá ser registrado em conta específica como receita diferida, e apropriado ao resultado durante o prazo médio restante de vigência das apólices.
- IV. O resultado positivo ou negativo, apurado na cessão, deverá ser integralmente apropriado ao resultado em conta específica, na data da operação.

Com base no exposto, em relação aos critérios contábeis a serem adotados na cedente, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) III e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

Questão 19

A Circular Susep nº 648/2021, define os princípios fundamentais para o registro contábil das operações de resseguro, os quais podem ser aplicados, no que couber, ao registro do contrato de retrocessão. Concernente ao reconhecimento inicial, sabe-se que a seguradora; as Entidades Abertas de Previdência Complementar (EAPC); e, o ressegurador local deverão reconhecer contabilmente o prêmio de resseguro de acordo com as características de cada tipo de contrato. NÃO se refere aos contratos proporcionais:

- A) Os prêmios adicionais referentes a ajustes posteriores ao início do contrato que deverão ser reconhecidos no momento do acordo entre as partes.
- B) As cedentes que deverão reconhecer os prêmios dos contratos proporcionais pelo valor de cada risco a ser repassado, na proporção de sua cessão.
- C) Os resseguradores locais e retrocessionários que deverão ajustar os prêmios estimados já reconhecidos, assim que obtiverem informações sobre os prêmios efetivos.
- D) Os resseguradores e retrocessionários que deverão reconhecer os prêmios dos contratos automáticos proporcionais pelo valor estimado informado pela cedente.
- E) Os resseguradores locais e retrocessionários poderão aplicar fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo específico elaborado pelo ressegurador.

Questão 20

O Manual de Práticas e Procedimentos Contábeis do Mercado Segurador vigente elucida diversos assuntos, por exemplo, à ocorrência, aviso e pagamento de sinistros. Com base no exposto e em relação à Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), assinale a afirmativa INCORRETA.

- A) Abrange os valores relativos às indenizações, os pecúlios e rendas vencidas que antes eram classificados na Provisão de Benefícios a Regularizar (PBR).
- B) Deve ser constituída mensalmente para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros avisados e não pagos, incluindo os sinistros administrativos e judiciais.
- C) A data do aviso do sinistro corresponde à data do registro do aviso nos sistemas da seguradora. Eventual demora nesse registro afetará os valores constituídos da Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados (IBNR).
- D) Os valores de constituição incluem os riscos assumidos em operações de cosseguo aceito e são líquidos das operações de cosseguo cedido. As operações de resseguo não afetam os valores de constituição sendo, por isso, brutos dessas operações.
- E) Inclui atualizações monetárias, juros, variações cambiais e multas contratuais. Esses valores, apesar de integrarem a PSL, impactam diretamente as contas de resultado financeiro, ou seja, influenciam o grupo de sinistros ocorridos da Demonstração do Resultado do Exercício.

Questão 21

O CTA 04 – Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas e Entidades Supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados, tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão do seu relatório sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de entidades supervisionadas pela Susep, referentes aos exercícios findos em, ou a partir de, 31 de dezembro de 2010. O comunicado menciona que no que se refere às demonstrações contábeis consolidadas, a Circular Susep nº 408/2010 é omissa quanto à data de transição a ser considerada para fins de elaboração do balanço de abertura das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as IFRSs. Na falta de orientação específica, presume-se que as entidades poderão adotar diferentes alternativas, entre elas a data de transição em 1º de janeiro de 2010, para as entidades que não apresentaram demonstrações contábeis consolidadas de forma comparativa. A adoção dessa opção gera demonstrações contábeis que não se enquadram no contexto de um conjunto completo de demonstrações contábeis para fins gerais e, portanto, a persistir essa opção,

- A) o auditor pode se retirar do trabalho.
- B) o auditor deve emitir um relatório com ressalva.
- C) o auditor pode emitir um relatório com opinião adversa.
- D) a entidade deve publicar as suas demonstrações contábeis trimestralmente.
- E) essas demonstrações contábeis devem ser encaradas como demonstrações contábeis para fins especiais.

Questão 22

O CTA 31 – Orientações aos Auditores Independentes no Atendimento aos Requerimentos Específicos da Circular Susep nº 517/2015, alterada pela Circulante Susep nº 616/2020, tem por finalidade orientar os auditores contábeis independentes no atendimento aos requerimentos específicos da Circular. A Circular SUSEP nº 517/2015, alterada pela Circular Susep nº 616/2020, determina que o auditor contábil independente deve considerar a suficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) na determinação da

- A) relevância na abordagem.
- B) continuidade no trabalho.
- C) materialidade no planejamento.
- D) tempestividade na evidenciação.
- E) representatividade na amostragem.

Questão 23

O CTA 31 – Orientações aos Auditores Independentes no Atendimento aos Requerimentos Específicos da Circular Susep nº 517/2015, alterada pela Circulante SUSEP nº 616/2020, contém alguns requerimentos. Entre os requerimentos está a comunicação no relatório do auditor sobre as demonstrações contábeis individuais para as supervisionadas enquadradas nos segmentos S1 e S2, no seguinte tópico:

- A) Opinião.
- B) Contextualização.
- C) Base para opinião.
- D) Principais assuntos de auditoria.
- E) Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis.

Questão 24

O CTA 17 – Emissão do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas em decorrência de alterações introduzidas para o Teste de Adequação de Passivos pela Susep tem por objetivo orientar os auditores independentes na emissão do relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), e as demonstrações contábeis consolidadas, elaboradas em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, referentes aos exercícios sociais encerrados a partir de 31 de dezembro de 2012, em decorrência das alterações introduzidas no Teste de Adequação de Passivos (TAP) com a emissão da Circular nº 457 pela Susep. De acordo com o comunicado, em relação à Circular Susep nº 457, a constituição de provisões de forma gradual

- A) atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep e àquelas de acordo com as IFRS.
- B) não atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep, mas atende àquelas de acordo com as IFRS.
- C) não atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep, nem àquelas de acordo com as IFRS.
- D) atende parcialmente às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep e àquelas de acordo com as IFRS.
- E) atende às práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep, mas não atende àquelas de acordo com as IFRS.

Questão 25

O CTA 15 – Emissão de Relatório de Auditoria sobre as Demonstrações Contábeis Intermediárias Individuais de Entidades Supervisionadas pela SUSEP, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012, tem por objetivo orientar os auditores independentes para a emissão de seu relatório de auditoria sobre as demonstrações contábeis intermediárias individuais de sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2012. O comunicado cita que, de acordo com da Circular Susep nº 430/2012, as sociedades supervisionadas estão dispensadas da elaboração das demonstrações financeiras consolidadas intermediárias. Considerando o exposto, a dispensa

- A) traz uma perda de confiança pelo mercado.
- B) exige que o auditor independente emita um relatório com ressalva.
- C) não isenta a entidade de publicar as demonstrações financeiras consolidadas intermediárias em notas explicativas.
- D) não caracteriza descumprimento das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Susep.
- E) indica que a entidade cumpre as normas da Susep, mas não as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em NENHUM MEIO. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser ELIMINADO do processo.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

ORIENTAÇÕES GERAIS

- Os textos das respostas das questões dissertativas serão avaliados quanto ao domínio do conteúdo dos temas abordados (demonstração de conhecimento aplicado) e da Língua Portuguesa aplicada.
- Para a avaliação serão atribuídos, no máximo, 25 (vinte e cinco) pontos para cada questão.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo nos casos em que o examinando tenha solicitado condição especial e, ainda, ser, obrigatoriamente, transcrita para a Folha de Texto Definitivo. Deverá ser observado o limite máximo de 30 (trinta) linhas.
- As folhas de respostas dos textos definitivos das questões dissertativas não poderão ser assinadas, rubricadas e/ou conter qualquer palavra e/ou marca que as identifiquem em outro local que não seja o estabelecido para isso, sob pena de anulação da resposta elaborada pelo examinando. Elas serão os únicos documentos válidos para a avaliação das questões dissertativas.
- As folhas para rascunho constantes no caderno de provas são de preenchimento facultativo e não serão consideradas para fins de avaliação. Assim, a detecção de qualquer marca identificadora (nome, apelido, número de registro profissional, UF, dentre outros) na folha destinada à transcrição de texto definitivo acarretará a anulação do texto.

Questão 01

A NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador, tem por objetivo fixar a conduta do contador, mediante o exercício da sua atividade e assuntos relacionados à profissão e à classe. Com base na normativa, disserte sobre:

- a) Os princípios que devem pautar a conduta do contador com relação aos colegas; b) Cite três normas de conduta que o contador deve observar em relação aos colegas; c) Cite três normas de conduta que o contador deve observar em relação à classe.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE – CFC

17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

RASCUNHO

Questão 02

O Art. 156 da Circular Susep nº 648, de 12 de novembro de 2021, trata a respeito do relatório circunstanciado sobre a adequação dos controles internos aos riscos suportados pela supervisionada quando da sua auditoria. Deverão ser avaliadas a eficácia e a eficiência dos controles internos em relação aos riscos, destacar as deficiências encontradas e levar em consideração os principais processos existentes na supervisionada. O anexo IV da referida Circular apresenta os procedimentos mínimos a serem observados no relatório circunstanciado. Com base na Circular e anexo supracitado, disserte de forma coesa, concisa e fundamentada sobre: a) um entendimento relacionado à “avaliação de riscos”, “processos de informação e comunicação”, “monitoração” e o que deve ser levado em consideração para a sua avaliação; b) O que se entende sobre atividade de controle? Sobre a atividade que se denomina “processo de tesouraria e investimentos”, cite pelo menos três observações que deverão constar do relatório.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

INSTRUÇÕES

1. Somente é permitida a utilização de caneta esferográfica em material transparente de tinta azul ou preta de ponta grossa. No ingresso na sala de aplicação de provas, os examinandos deverão recolher todos os equipamentos eletrônicos e/ou materiais não permitidos, inclusive carteira com documentos e valores em dinheiro, em envelope de segurança não reutilizável, fornecido pelo fiscal de aplicação. Não será permitida, durante a realização das provas, a comunicação entre os examinandos nem a utilização de livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo, bem como equipamentos eletrônicos e/ou de comunicação, dentre eles: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, fone de ouvido, *pen drive*, máquina fotográfica, controle de alarme de carro, relógio de qualquer modelo ou pulseiras magnéticas e/ou similares, carteiras etc. O Instituto Consulplan não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos ou de equipamentos eletrônicos ocorridos durante a realização das provas nem por danos neles causados. No caso de o examinando, durante a realização das provas, ser surpreendido portando/utilizando quaisquer objetos ou aparelhos eletrônicos citados, será lavrado, no Termo de Ocorrência, o fato ocorrido e o examinando será ELIMINADO, automaticamente, do Exame.
2. Será admitido o uso de máquina calculadora desde que não permita o armazenamento de texto.
3. O tempo de duração da prova objetiva de múltipla escolha é de 4 (quatro) horas e abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas).
4. O Caderno de Provas consta de 25 (vinte e cinco) questões de múltipla escolha e 2 (duas) questões dissertativas. Ao receber o material de realização das provas, o examinando deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde à área de conhecimento pleiteada, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (gabarito) e na Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material esteja incompleto ou, ainda, tenha qualquer imperfeição, o examinando deverá informar tal ocorrência ao fiscal de aplicação, não cabendo reclamações posteriores nesse sentido.
5. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 5 (cinco) alternativas (A, B, C, D e E), sendo apenas uma única resposta correta de acordo com o enunciado da questão. Para cada questão haverá, no Cartão de Respostas, cinco campos de marcações (A, B, C, D e E).
6. No dia da aplicação das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas e/ou pelas autoridades presentes, informações referentes aos seus conteúdos e/ou critérios de avaliação, considerando que é dever do examinando estar ciente das normas contidas em Edital.
7. Não é permitida a anotação de informações relativas às respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio de rascunho.
8. Será permitida a saída definitiva do examinando da sala de prova somente após 2 (duas) horas do seu início, sendo também liberada a entrega do caderno de provas no momento de sua saída. Ao término da prova deverá, obrigatoriamente, entregar ao fiscal de aplicação o Cartão de Respostas (gabarito) e a Folha de Texto Definitivo (questões dissertativas), que serão utilizados para a correção da prova. O examinando que descumprir a regra de entrega de tais documentos será ELIMINADO do Exame.
9. Os 3 (três) últimos examinandos de cada sala só poderão sair juntos, após entregarem ao fiscal de aplicação os documentos que serão utilizados na correção das provas e procederem à assinatura do respectivo termo de registro em ata de aplicação. Caso algum dos examinandos insista em sair do local de aplicação antes de ser autorizado pelo fiscal de aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo examinando e testemunhado por 2 (dois) outros examinandos, pelo fiscal de aplicação da sala e pelo coordenador da unidade de provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Exame.
10. Ao término da prova, o examinando deverá se retirar do recinto de aplicação, não lhe sendo mais permitido o ingresso e a utilização dos sanitários da unidade.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos preliminares das questões objetivas serão divulgados no dia 29 de abril de 2024.
- O examinando poderá apresentar recursos, desde que devidamente fundamentados, de 00h00min do dia 30 de abril de 2024 às 23h59min do dia 02 de maio de 2024. Para recorrer, o examinando deverá encaminhar sua solicitação ao Instituto Consulplan, por meio do campo de Interposição de Recursos, na página referente ao Exame de Qualificação Técnica (EQT), no endereço eletrônico do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos recursos via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.
- Os espelhos das respostas às questões dissertativas (imagem digital) serão disponibilizados na *internet*, no dia 17/06/2024, na página do Instituto Consulplan (www.institutoconsulplan.org.br), no ambiente do examinando.
- Os examinandos poderão solicitar revisão das questões dissertativas do EQT (QTG, Perícia, CVM, BCB, Susep e Previc), das 00h00min do dia 18/06/2024 até às 23h59min do dia 19/06/2024, devendo o pedido ser enviado ao Instituto Consulplan, conforme orientação constante no endereço eletrônico (www.institutoconsulplan.org.br). Não serão aceitos pedidos de revisão via postal, via correio eletrônico, via fax, fora do prazo preestabelecido, ou qualquer outro meio que não seja o disposto em Edital.